

**REVOLUÇÃO NA AMÉRICA LATINA?
A REPERCUSSÃO NO BRASIL DO DOCUMENTO DE COMBLIN PARA A II
CELAM EM MEDELLÍN – 1968*.**

Adauto Guedes Neto
Mestre e Doutorando em História-UFPE. Faculdade do Belo Jardim-FBJ.
E-mail: adautogn1917@gmail.com

Resumo:

O trabalho em questão, tem por objetivo analisar a repercussão na Igreja Católica, imprensa e o governo ditador de então no Brasil, em relação ao documento criado pelo padre José Comblin para orientação aos bispos participantes da II Conferência Episcopal latino-americana ocorrida em Medellín – Colômbia, em 1968.

Através dos relatórios produzidos pela Secretaria de Segurança Pública do estado de Pernambuco e demais órgãos de informação e repressão como o DOPS, os Centros de Informações da Aeronáutica, do Exército e do Exterior, buscamos compreender e descrever as lutas internas católicas e como a imprensa brasileira contribuiu à ditadura na construção da ideia de subversão, especialmente contra membros da Igreja Católica que tinham posicionamentos divergentes ao aparato de poder em vigor, bem como as perseguições sofridas pelos mesmos.

50 anos depois do II CELAM, a análise em questão visa também contribuir para reflexões políticas na atual conjuntura de crescimento conservador no Brasil e América Latina.

Palavras-chave: José Comblin; Ditadura Militar; Igreja Católica.

Introdução

Estudar a ditadura militar no Brasil é oferecer a oportunidade de conhecermos diferentes aspectos de um passado que não queremos ver retornar. A análise que apresentamos tem também o objetivo de oferecer tal contribuição, ainda mais enriquecido quando associado à relação com setores da igreja católica. Daí a relevância social do estudo ao propor a compreensão sobre como se coadunaram fé e política num universo conturbado pelas forças ditatoriais que tomaram o poder na América Latina e as transformações que o catolicismo viveu a partir do alto da sua hierarquia.

* Trabalho solicitado pela professora Dr^a M^a do Socorro Abreu e Lima em sua disciplina eletiva para mestrandos e doutorandos: Tópico Especial em História do Brasil: relações de classe e política de identidade, do Programa de Pós-Graduação em História da UFPE, semestre 2018.2. Entregue no dia 06 de dezembro de 2018.

O início dos anos 1960 trouxe mudanças na Igreja Católica que geraram transformações internas, mas sobretudo, impactos sociais importantes fora da mesma. Refiro-me ao Concílio Vaticano II anunciado pelo Papa João XXIII¹, ocorrido entre 1962-1965. Na verdade, o II concílio veio ratificar pela hierarquia católica a atuação de movimentos anteriores, que inclusive norteou e influenciou os rumos propostos por João XXIII, e com isso ganhou mais força e evidência. Sobre os movimentos precursores, afirma Demétrio (VALENTINI, 2011, p. 54):

A Ação Católica que se iniciou na Bélgica no princípio do século XX, foi um dos grandes movimentos precursores do concílio. Através da Ação Católica a Igreja penetrou nas massas. E, ao chegar o Concílio, o povo se sentiu interessado e o acompanhou, porque eram tratados problemas já sentidos pelos cristãos.

A igreja precisava dialogar com o mundo real, atualizar-se, rever algumas práticas que a descolavam do povo, renovar-se. Conforme nos afirma a 4ª Constituição do Vaticano II: *Gaudium et Spes*, que é a única pastoral e que trata da relação da igreja com o mundo que a mesma atua. Tais mudanças que passam a ocorrer internamente só foram possíveis devido o mencionado concílio. Sobre a sua importância e influência nos descreve Demétrio Valentini: “Esta é certamente a ideia mais importante e que mais influência teve. O concílio foi convocado para renovar a Igreja. E foram abordados os assuntos que mais precisavam de renovação. Tantas vezes falou João XXIII em *aggiornamento*”. (VALENTINI, 2011, p. 31).

Os primeiros resultados do Concílio Vaticano II, pode-se verificar em Medellín – Colômbia, com a II Conferência Episcopal Latino-americana, em 1968. Num trecho do documento do II CELAM, percebemos o teor social de preocupação com os pobres que norteou o cristianismo da libertação na América Latina:

A pobreza de tantos irmãos clama por justiça, solidariedade, testemunho, compromisso, esforço e superação para o cumprimento pleno da missão salvífica confiada por Cristo. A presente situação exige, pois, dos bispos, sacerdotes, religiosos e leigos o espírito da pobreza que, rompendo as amarras da posse egoísta dos bens temporais, estimula o Cristianismo a dispor organicamente da economia e do poder em benefício da comunidade. A pobreza da Igreja e de seus membros na América Latina deve ser sinal e compromisso. Sinal de valor inestimável do pobre aos olhos de Deus; compromisso de solidariedade com os que sofrem. Queremos que a Igreja da América Latina seja evangelizadora e solidária com os pobres, testemunha do valor dos bens do Reino e humilde servidora de todos os homens de nossos povos. Seus pastores e demais membros do Povo de Deus devem dar a sua vida, suas palavras, atitudes e ação, a coerência necessária com as exigências

¹ João XXIII, foi Papa entre 1958-1963, com a sua morte o Concílio II continuou sob o comando do novo Papa, Paulo VI.

evangélicas e as necessidades dos homens latino-americanos. (AQUINO, 2000, p. 624).

Desta forma a igreja assume o compromisso em solidariedade aos pobres e em defesa da superação das condições sociais e econômicas vividas pelo povo, clama por justiça. Aí está o espírito de transformação da realidade oriundo da Ação Católica e do Concílio II, de conectividade do clero com o mundo, de injustiça social e desigualdade econômica, onde a igreja deveria ser servidora e contribuir com ação para mudar a realidade socioeconômica de então.

A posição dos bispos do Nordeste brasileiro, especificamente do Arcebispo de Olinda e Recife, Dom Hélder Câmara, estaria subsidiada pelo documento preparado por seu assessor, o padre belga José Comblin, no sentido de contribuir para as reflexões acerca da II Conferência dos Bispos latino-americanos.

A repercussão deste documento na imprensa escrita e como o caso foi tratado pelo governo ditador de então, é o objeto de análise do nosso trabalho. Para isso, analisaremos a documentação produzida sobre o caso, a partir do prontuário de Comblin no DOPS, tendo como perspectiva metodológica a análise de conteúdo. A referida documentação encontra-se do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano-APEJE, sessão DOPS-PE. Nele, encontramos relatórios, recortes de jornais e revistas que tratam do chamado documento Comblin e as impressões criadas pelo o aparato repressivo.

Sobre a documentação do DOPS como fonte, é bom destacar que trabalhamos com o que resta, tendo em vista que boa parte desse universo de documentação foram destruídos, conforme destacam Bauer e Gertz (2012) rememorando o contexto da chegada de Luis Inácio Lula da Silva à presidência e os debates ocorridos no ano de 2004, sobre a revogação da ampliação do tempo ao acesso dos documentos da ditadura estabelecido no apagar das luzes do último mandato de Fernando Henrique Cardoso, que então passa a ter os prazos anteriores estabelecidos pela MP 228 de 09/12/2004 e Decreto 5.301 do mesmo dia. Sendo assim, cerca de uma semana depois:

No dia 12 de dezembro de 2004, o programa Fantástico, da Rede Globo, exibiu reportagem que denunciava a queima de documentos produzidos pelas Forças Armadas e por outros órgãos de segurança, dentro da Base Aérea de Salvador, na Bahia. Foram mostrados papéis parcialmente destruídos, em meio a outros arquivos incinerados. Os documentos que puderam ser recuperados datavam desde 1964, estendendo-se por todo o período ditatorial, até 1994, quando já vigia a democracia. (BAUER e GERTZ, p. 183, 2012).

A própria documentação que dispomos para analisar no presente trabalho, só tivemos acesso depois de 2012, quando:

Buscando adequar-se à realidade dos acervos constantes nos arquivos país a fora, o Governo do Estado de Pernambuco estabeleceu alguns decretos em prol de melhorar a acessibilidade dos documentos reconhecidos como relevantes à recuperação de fatos históricos de maior relevância, a saber: Decreto nº 7.724, de 2012, que regulamenta a citada Lei de Acesso a Informações; Decreto Nº 38.787, de 30 de outubro de 2012, que regulamenta a Lei no 14.804, de 29 de outubro de 2012, que dispõe sobre o acesso a informações, no âmbito do Poder Executivo Estadual, e dá outras providências. (GUEDES NETO, p. 08, 2014).

Antes de 2012, o pesquisador só teria acesso a um prontuário do DOPS, com a anuência daquele que foi registrado, no nosso caso, como Comblin já havia falecido teria que ser a sua família, sendo belga a dificuldade era ainda maior de localizá-los e estabelecer contato.

Este artigo surgiu dos debates e leituras desenvolvidos na disciplina eletiva: Tópico Especial em História do Brasil: relações de classe e política de identidade, ministrada pela professora Dr^a Maria do Socorro Abreu e Lima, para alunos do mestrado e doutorado do Programa de Pós-Graduação em História da UFPE, tem por isso o intuito de contribuir com a análise e reflexões do presente, mas relacionando à bibliografia do curso e a nossa pesquisa sobre a atuação política dos movimentos católicos de base entre os anos 1970-1980.

Sendo assim, dentre os autores que fundamentam o presente artigo, seja por relação com a pesquisa da Tese ou com a disciplina do PPG em História, estão sobretudo as perspectivas de análises estruturadas por Michael (LÖWY, 2000), que figura dentre os pesquisadores da relação Igreja Católica e Política na América Latina, destacando, contudo, a importância do Cristianismo da Libertação. Para tanto, como o recorte da pesquisa aqui apresentada está situado no ano de 1968 – período de recrudescimento da ditadura com a instauração do Ato Institucional nº 5, contextualizamos os momentos experienciados pelo catolicismo com o mundo político dominado pela guerra fria, e desta forma, percebermos como tais questões repercutiram no Brasil e Igreja Católica, para a partir de então responder a questão que trazemos no título deste trabalho: o teor revolucionário do documento Comblin.

1. A trajetória do Padre José Comblin: breve relato sob o olhar do DOPS.

Como temos por base a documentação do DOPS, trataremos de descrever brevemente a trajetória do padre a partir destas informações, mas relacionando e cruzando com depoimentos orais e fontes bibliográficas, quando possível.

Comblin foi fichado pela Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco em 28 de junho de 1968, encontramos esta informação em seu prontuário nos arquivos do DOPS – APEJE, datado justamente no período de divulgação do documento elaborado por ele a pedido de Dom Hélder, que serviria como reflexões a serem pronunciadas no II CELAM.

No registro feito, o prontuário em sua capa apresenta os dados pessoais requisitados, mas nem sempre todos preenchido com o seguinte modelo padrão: Registro Geral nº, Data, Fotografia Tirada no mês/ano, Nome, Vulgo, Qualificação, caracteres cromáticos etc., Endereço de residência: atual e anteriores, Nome de pessoas que o conheça e as respectivas residências, Nome dos investigadores que o conhecem. No prontuário de Comblin, são preenchidas as seguintes informações: Registro Geral; Nome: Padre Josef Comblin/ Padre José Comblin²; Filho de: Firmino Comblin e Alice Brassur; Nacionalidade: Belga; Idade: nascido em 1922³; Profissão Atual: Sacerdote Católico; Sabe ler e escrever: Superior; Residências anteriores: Alto da Sé – Olinda ou no Palácio do Bispo.

Os dados pessoais com exceção de seu nome são descritos no campo: qualificação e a descrição física no campo: caracteres cromáticos. No caso de Comblin, apenas o que citamos acima é o que está preenchido em seu prontuário.

Fizemos questão de citar o modelo padrão de informações iniciais colhidas e contidas na pasta que guardam os prontuários do DOPS, para tornar público este modelo de informação do aparato repressor do governo ditador, mas também para destacar a partir de onde e de quê, iremos relatar a sua trajetória. Acrescentamos que o modelo descrito corresponde às informações do prontuário para que não confundamos com as descrições iniciais trazidas pelos documentos dos Centros de Informação de transição interna, dos quais continham: Data; Grau de Sigilo; Assunto; Origem; Classificação; Difusão; Difusão Anterior e anexos.

Com formação em Teologia na Universidade de Lovaina – Bélgica, padre Comblin veio ao Brasil no ano de 1958 a partir da carta encíclica Fidei Donnun publicada pelo Papa

² José Comblin: escrita que optamos neste artigo, dentre as quais: Josef Comblin e Joseph Comblin.

³ Na verdade, Joseph Jules Comblin nasceu em 22 de março de 1923, informação corrigida em seu prontuário nº 033 no Centro de Informações do Departamento da Polícia Federal.

pio XII no ano de 1957 – voltada para a atuação missionária na África, porém: “a sua vinda para o Brasil está de certa maneira associada a um turbilhão de acontecimentos políticos que atingia a América Latina, especialmente a Revolução Cubana”. (GUEDES NETO, 2014, p.103). A Igreja Católica redireciona as atividades missionárias, que a princípio seriam exclusivamente para o continente africano para a América Latina, sobretudo para combater um inimigo oriundo da Revolução Cubana, o comunismo. É nesta situação e com tal perspectiva que muitos padres europeus são enviados para a América, inclusive o padre José Comblin.

Uma vez no Brasil, foi professor do seminário menor na cidade de Campinas – SP, esteve também trabalhando no Chile e depois atendendo o chamado de Dom Hélder Câmara, veio para Recife-PE assessorar o Arcebispo de Olinda e Recife e trabalhar como professor no Instituto de Teologia do Recife – ITER. Seu prontuário no Departamento da Polícia Federal, assim descreve os primeiros anos de Comblin entre o Brasil e Chile:

30 de junho de 1958, chegou ao Brasil. O epígrafe é Doutor em Teologia e Bacharel em Filosofia e Ciências Sociológicas pela Universidade de Lovain – Bélgica. Professor da Universidade de Campinas até 1962. Em 1962 deixou o Brasil, transferindo-se para o Chile onde exerceu as funções de professor da Universidade Católica de Santiago até 1965. Nesse mesmo ano, regressou ao Brasil, onde permaneceu até 13 de fevereiro de 1972. No último período considerado, foi professor do Instituto de Teologia do Recife⁴.

O documento acima citado, foi enviado pelo Departamento da Polícia Federal para difusão no IV Exército da 7ª Região, Polícia Militar de Pernambuco e Serviço Nacional de Informações – SNI. Certamente quando da expulsão do padre Comblin, a troca de informações internas sobre o mesmo se intensificou. O trecho que citamos é importante para destacar a trajetória anterior de Comblin até sua vinda para Recife, além de nos fazer perceber como era intensa a rede de informações do estado, quando fica descrito os órgãos em que circulou a informação e o quanto aqueles considerados subversivos, foram vigiados e perseguidos.

A formação na Universidade de Lovaina, contribuiu para sua visão progressista, já que o próprio Comblin havia citado o fato das ideias do Concílio Vaticano II serem algo que há algum tempo já se vivenciava na Bélgica: “Estudei em Lovaina. Quer dizer que o Vaticano II não foi novidade para mim. Era o que tínhamos aprendido quinze anos antes. A novidade

⁴ Departamento da Polícia Federal – Centro de Informações. Prontuário nº 033, F 02. Documentação encontrada no APEJE, sessão do DOPS, sob o Registro Geral 18209, Padre José Comblin.

foi que a hierarquia começou a dizer o que pensávamos quinze anos antes”. (SUSIN, 2000, p. 190). Daí porque sua atuação pela reformulação da Igreja em suas práticas, que tentasse responder as necessidades sociais e econômicas vivida por muitos na América Latina e na construção da autonomia popular através da organização em bairros ou comunidades.

A contribuição na criação dos seminários rurais, que ocorreu desde o interior do Nordeste brasileiro a outros países da América Latina como o seminário de Talca no Chile, estão entre algumas das principais ações de Comblin no modelo de formação e atuação do catolicismo. Fruto desta perspectiva foi a experiência de formação de seminaristas do Instituto de Teologia do Recife – ITER, que ficou conhecido como Teologia da Enxada.

A Teologia da Enxada⁵ foi um método de formação que ocorreu fora do seminário e em contato direto com as angústias e necessidades do povo, vivenciado por seminaristas do ITER, cuja experiência ocorreu entre 1969 e 1971 nas cidades de Tacaimbó-PE e Salgado de São Félix-PB. Porém, é bom esclarecer que este não era um projeto do ITER, mas de uma das turmas com o apoio do Seminário Regional Nordeste II e acompanhado por seu professor, padre José Comblin, concordaram em vivenciar tal perspectiva de formação. Em livro depois publicado, assim descreve o início da Teologia da Enxada no agreste pernambucano e paraibano:

No início de 1969, o Seminário Regional do Nordeste resolveu correr o risco de dar cobertura e orientação a uma experiência de tipo novo. Nove seminaristas de diversas dioceses, autorizados pelos seus respectivos bispos, projetaram viver alguns anos numa região rural. [...]Repartiram-se em dois grupos, um de quatro pessoas e outro de cinco. O primeiro instalou-se em Tacaimbó, município do Agreste pernambucano, situado a 170 km do Recife. O segundo foi viver em Salgado, município do Agreste paraibano, situado perto de Itabaiana a 80 km de João Pessoa e a 130 km do Recife.

Os dois grupos constituíram um programa de vida em que a parte da manhã era reservada aos trabalhos de agricultura, a parte da tarde ao estudo e a noite aos trabalhos apostólicos. (COMBLIN, 1977, p. 09).

A experiência de tipo novo ficou conhecida como Teologia da Enxada, perspectiva que Comblin replicaria nos seminários rurais que contribuiu para formação de missionários, padres e leigos que atuaram nos movimentos de base católicos.

As atividades de Comblin na América Latina, idas e vindas ao Brasil, sua circulação interna para participar de formações, palestras, também são acompanhadas por agentes da

⁵ Para mais informações sobre a Teologia da Enxada, ver: COMBLIN, José. **Teologia da Enxada: uma experiência da Igreja no Nordeste**. Ed. Vozes, Rio de Janeiro, 1977. E também GUEDES NETO, Adauto. **Teologia da Enxada e Ditadura Militar: relações de poder e fé no agreste pernambucano entre 1964-1985**. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2014.

Polícia Federal e seu serviço de informações, que estava organizado da seguinte maneira: Delegacias nos municípios, DOPS e DOI-CODI que repassam informações para o comando das Secretarias de Segurança Pública dos Estados – Centro de Informações do Departamento da Polícia Federal – Centros de Informações do Exército - Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), Centro de Informações da Aeronáutica – Centro de Informações do Exterior – acima de todos na hierarquia da informação estava o Serviço Nacional de Informação-SNI. Por ser estrangeiro e seu deslocamento para outros países ocorrerem de avião, os Centros de Informações da Aeronáutica e Exterior, são os que iremos encontrar a solicitação de informações, quase sempre ao Departamento da Polícia Federal e Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco. A difusão de seus prontuários e outras informações se dão entre esses órgãos, além do Centro de Informações do Exército e da Marinha.

As viagens ao Chile, Equador, Porto Rico, além das que são realizadas pelo Brasil são constantemente analisadas pelo aparelho de informações que compunham o SNI. Dentre elas para citar algumas, a que ocorreu em 27 de junho de 1968, um dia antes de repercutir seu texto para o II CELAM, em registro feito pelo Centro de Informações da Marinha - CENIMAR⁶, um mês depois, sobre a sua estada em Belém-PA, para proferir uma Conferência sobre A Igreja pós-conciliar ante a realidade sócio-econômica da América Latina, da qual segundo o documento foram convidados o Movimento da Família Paraense, Ação Popular, União Acadêmica dos Secundaristas e Ação Operária.

O tema da conferência é muito próximo das questões discutidas por Comblin no documento redigido por ele para o II CELAM, que de modo geral tratava do título da conferência citado e as estratégias da Igreja Católica e do povo na superação dessas questões econômicas e sociais.

Em julho de 1969, o prontuário⁷ faz referência a presença de Comblin em Quito – Equador, ministrando curso de conscientização política para padres e que havia declarado que a morte do Padre Henrique, teve caráter político. Como sabemos, o padre Henrique Pereira Neto, era assessor de Dom Hélder e em meio ao crescimento das perseguições ao clero brasileiro, sobretudo após a instauração do AI-5, o mesmo foi barbaramente assassinado em maio de 1969. Foi uma maneira de atingir indiretamente o Arcebispo de Olinda e Recife, que

⁶ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano - APEJE, sessão do DOPS, sob o Registro Geral 18209, Padre José Comblin. Anexo A, folha 04.

⁷ Idem.

já se pronunciava contra as práticas de violência, tortura e crescimento da pobreza em pleno governo ditador.

Busquei brevemente apresentar o padre José Comblin, a partir da documentação elaborada pelos Centros de Informações do governo ditatorial brasileiro.

Trataremos a seguir diretamente do objeto central da nossa análise, o documento que fez de Comblin ser investigado pela ditadura militar, haver pedidos de sua expulsão, solicitações de substituição de Dom Hélder, das quais geraram forte repercussão na Igreja Católica e na imprensa escrita, sobretudo a pernambucana.

2. O Documento Comblin: a repercussão de uma análise sobre a realidade histórica e social da América Latina.

A análise feita pelo padre Comblin, como já afirmamos, à pedido de Dom Hélder Câmara, para que o mesmo levasse tal reflexão para a II Conferência dos Bispos latino-americanos em Medellín-1968, estava dividida da seguinte maneira: 1. Situação histórica latino-americana, 2. A igreja e sua responsabilidade, 3. O problema do poder ou problema político, 4. O problema da mentalidade de desenvolvimento, 5. O problema da socialização, 6. A esperança de um futuro melhor, 7. Situação internacional e 8. Perspectivas pastorais⁸.

Nele – o documento, como podemos observar a partir das questões pontuadas descritas acima, há uma profunda análise histórica e sociológica da América Latina da qual se insere a Igreja Católica.

Comblin trata o conhecimento da realidade histórica que dar origem a América Latina como sendo primordial para o desenvolvimento social. Um lugar que desconhece suas origens culturais, que as nega, que importa suas “raízes”, só reforça um passado colonial o cristaliza entre aristocratas e escravos. Aprender com o passado e não o desconhecer, como o próprio afirma: reconhecer o seu passado é o começo da sabedoria. A organização social deve partir da aceitação das qualidades e dos defeitos próprios que resultam do passado”. (Documento Comblin, IN: FLORIDI, p. 310, 1973).

⁸ Para leitura do documento na íntegra, ver: FLORIDI, Ulisse Alessio. O Radicalismo Católico Brasileiro: para onde vai o catolicismo progressista no Brasil. Trad. Lenildo Tabosa Pessoa. São Paulo: Hora Presente, p. 307-330, 1973.

Além do olhar externo, o documento representa fortes críticas internas ao catolicismo, como a sua ausência junto aos camponeses e às massas marginalizadas, afirma que pelo contrário, a Igreja Católica reproduz a dominação das classes dominantes, ao ser meramente assistencialista, por ser classista em seu ensino, que direcionado prioritariamente às classes altas. Diz Comblin, “a igreja realiza o milagre de ser mais tradicionalista na cultura que transmite do que as próprias classes que controlam o Estado”. (Documento Comblin, IN: FLORIDI, p. 313, 1973). Sobre a estrutura eclesiástica destaca que:

permanecem ainda fechadas aos leigos em muitos casos, principalmente aos leigos da classe baixa. Estes não têm expressão na Igreja. Não é de se admirar que o primeiro ato de emancipação da classe baixa seja muitas vezes o ato de desligar-se da Igreja para aderir a outra religião que reconheça a existência de leigos (seitas protestantes, africanas, ou espíritas). (Documento Comblin, IN: FLORIDI, p. 315, 1973).

Percebemos a análise sobre a participação dos leigos na Igreja Católica, umas das premissas defendidas pelos segmentos alinhados com as reformas oriundas do Concílio Vaticano II, rejeitadas por setores mais conservadores. Quando percebemos o crescimento do setor evangélico 50 anos depois do estudo de realizado por Comblin, notamos o quanto o mesmo esteve certo.

O ponto máximo do documento escrito por Comblin, talvez seja aquele que mais causou repercussão, O PROBLEMA DO PODER OU PROBLEMA POLÍTICO – nele, destaca-se dois subtemas: conquista do poder e exercício do poder. Na primeira questão, Comblin afirma que as mudanças necessárias para o desenvolvimento não se dariam por dentro dos princípios que regem a democracia ocidental, mas só a força do Estado seria necessária para derrubar privilégios e aponta a conquista e o exercício do poder como questões centrais das suas reflexões, acrescentando:

Seria errôneo pensar que a Igreja ou a moral condenam ações de força para conquistar o poder. [...] a igreja não condenou, mas aceitou a ação de força que fez a revolução de 1964 no Brasil, a tomada do poder pelo General De Gaulle na França em 1958. (Documento Comblin, IN: FLORIDI, p. 317, 1973).

Acima, destaca-se a defesa do uso da força para a conquista do poder, talvez se precavendo de interpretações à esquerda, Comblin cita momentos de tomadas do poder por militares à força e os apoios que a Igreja Católica lhes deu, a exemplo do golpe de 1964. Continua tecendo críticas a Igreja Católica por ter afastado muitos cristãos da política e afirma: “a vocação política é a mais alta. Ora, muitos acham que essa vocação é suja, e não querem sujar as mãos. Permanecem puros, mas ficam em casa. Sabe-se que o casamento é o

túmulo dos revolucionários”. (Documento Comblin, IN: FLORIDI, p. 318, 1973). Desta forma, o padre recomenda a participação na política já que acredita na mesma como caminho para as reformas de benefício popular que almejava e analisa a atuação da tradição católica em defender uma perspectiva que neutraliza as lutas políticas por mudanças e a participação dos cristãos.

Quando a questão parte para o exercício do poder, Comblin descreve em seu texto como o mesmo deve ser e proceder: o poder deve contar com uma força. Qual será essa força? Às vezes poderá contar com as forças armadas outras vezes é necessário dissolvê-las. Às vezes será necessário distribuir armas ao povo. (Documento Comblin, IN: FLORIDI, p. 319, 1973). A repercussão desta passagem, alimentadas claro por outros pontos do documento, fizeram a imprensa que deu visibilidade às denúncias do vereador do Recife Wandenkolk, circular matérias chamando-o de subversivo⁹, de querer implantar uma revolução na América Latina¹⁰, a ponto de compará-lo ao guerrilheiro Camilo Torres¹¹. Algumas das matérias, reproduzem o pedido de expulsão do país do padre Comblin por membros da TFP e pelo citado vereador¹².

Porém, houveram também matérias que reproduziram defesas do clero brasileiro em favor de Comblin, negando qualquer teor subversivo do seu texto. Como por exemplo, o padre e professor da PUC-MG, Paulo Fernandes, que afirmou em no Diário de Pernambuco¹³: “de modo nenhum não é um discípulo de Marx, mas, à luz da Populorum Progressio, quer mudanças de estrutura e mentalidade que propiciem ao povo brasileiro e latino-americano o padrão de vida condizente com a dignidade da pessoa humana”. Em reportagem no Jornal do Comércio, Monsenhor Marcelo Carvalheira, diretor do Instituto de Teologia do Recife, afirma que: “Comblin é avesso à violência, inimigo de guerrilha e pregador do princípio de fraternidade universal [...] que o trabalho de Comblin está sendo mal interpretado por pessoas desavisadas e desconhecedoras dos estudos empreendidos”¹⁴.

⁹ Vereador quer a substituição de Dom Hélder e a expulsão do padre Comblin. Diário de Pernambuco, Recife, 25 de junho de 1968, primeiro caderno, p. 03.

¹⁰ Cláudio Rocha. Padre Comblin prega Revolução na América Latina. O Cruzeiro, 29/06/1968.

¹¹ Comblin já comparado ao líder guerrilheiro levita Camilo Torres. Jornal do Comércio, Recife, 22/06/1968.

¹² Diário de Pernambuco, Recife, 12/06/1968 e Carta da TFP a Dom Hélder classifica de subversivo estudo de padre Comblin, 26/06/1968. Movimento da Tradição pede a Hélder punição para o padre Comblin. Jornal do Comércio, Recife, 06/07/1968.

¹³ Padre ao lado de Comblin: documento não é subversivo. Diário de Pernambuco, Recife, 20/06/1968.

¹⁴ Monsenhor Carvalheira defende padre belga que Wandenkolk acusa. Jornal do Comércio, Recife, 12/06/1968.

Para Comblin, somente um poder que monta uma administração eficiente, que rompe com os privilégios tradicionais, poderá fazer a revolução social, empreendendo uma ação de promoção das massas. Tal análise, em meio ao contexto político que vivíamos no ano de 1968, foi suficiente para chamar a atenção dos órgãos de informação e repressão sobre Comblin, culminando na sua expulsão do Brasil em 1972.

Os primeiros registros sobre o padre Comblin entre os Centros de Informações de então são justamente no ano de 1968, após as primeiras reportagens que circularam na imprensa pernambucana após a divulgação do seu texto. Em estilo ensaísta, o conteúdo divulgado sem a permissão do autor repercutiu de tal forma, que chamou para si os olhares e a perseguição do aparato repressor de então, conforme descrevemos a seguir em trecho de informação elaborada pelo Centro de Informação do Exército a partir do IV Exército/7ª Região e circulada entre a Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco e o Departamento da Polícia Federal:

o padre Comblin começou a merecer a atenção dos serviços de segurança após a divulgação da crítica ao documento básico da II Conferência Geral do CELAM (Bogotá), que preparou a pedido de D. Hélder Câmara. Neste documento, prega a utilização da força, se necessário, para promover reformas na América Latina¹⁵.

O documento que produz a informação citada, tem o carimbo de confidencial e foi emitido em 26 de março de 1970. A partir de então, a vida de Comblin passa a ser observada de perto pelos órgãos de segurança entre o momento de produção do referido documento e sua expulsão do país.

Com isso, a documentação produzida sobre o mencionado padre belga disposta no APEJE – setor DOPS-PE, trata-se de um relatório sobre as principais atividades que o mesmo participou entre 1968-1972, com os recortes de jornais e revistas contendo matérias relacionadas ao texto produzido para o II CELAM, depoimentos contra e a favor, ataques e pedidos de expulsão. Um dos ataques vem da TFP (Tradição, Família e Propriedade), segmento conservador do catolicismo brasileiro, que aqui citamos para demonstrar como o documento trouxe repercussões internas à igreja católica e sobretudo destaca tais divisões no ambiente católico de então.

¹⁵ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano - APEJE, sessão do DOPS, sob o Registro Geral 18209, Padre José Comblin. P. 46.

Em carta direcionada a Dom Hélder e publicada pelo Diário da Noite¹⁶, o presidente da TFP – Plínio Correia de Oliveira, classifica como subversivo o texto elaborado por Comblin, segundo o qual há um elogio ao comunismo cubano e pregação à revolução na igreja católica. Na verdade, Comblin destaca o primeiro passo a ser dado para o desenvolvimento social, qual seja: romper com as estruturas tradicionais e elitistas que mantêm a relação colonizador x escravizado, sendo assim não trata de elogio ao comunismo cubano, mas à necessidade de um projeto de ruptura que direcione a América Latina para um ambiente socialmente justo. No contexto de ditadura no Brasil, a utilização de alguns termos como: Tribunal Revolucionário, armar a população, revolução social etc., seriam mais do que suficiente para que se direcionassem todas as armas conservadoras presentes na sociedade brasileira e no governo contra o padre.

Incomodado com a desigualdade social e miséria presentes na América Latina, Comblin defende, inclusive, uma reforma interna da igreja católica, que segundo o mesmo contribuía para a permanência daquela triste realidade. Daí entra em rota de coalização direta com os bispos e padres que se beneficiavam com tal relação espúria entre igreja e poder. Por isso, a reação rápida de membros da TFP e de tantas outras dioceses espalhadas pelo Brasil, como os bispos de Diamantina e de Campos, respectivamente Dom Geraldo de Proença Sigaud e dom Antonio de Castro Mayer, que escrevem à CNBB:

o relatório de Comblin difama os srs. Bispos, aos quais acusa de incompetência, de filhotismo, de peitar o Poder Judiciário, obtendo sentenças favoráveis, mas injustas. Apresenta-os ainda como indolentes, que presenciam a miséria do povo e em vez de minorá-las, se acumpliciam com os que sugam esses miseráveis¹⁷.

A denúncia parte justamente do bispo de Diamantina, conhecido por defender a ditadura militar brasileira e a tortura, que pronunciou a famosa frase “depoimentos não se conseguem com bombons”. Esta é outra questão das quais abordamos, além dos conflitos de segmentos católicos contra a ditadura, houveram os debates e conflitos católicos internos pautados pelos que defendiam mudanças e os contrários a ela. Isto fica evidente ao pronto manifesto de Dom Sigaud contra Comblin, assessor de Dom Hélder Câmara.

Por outro lado, observamos como a imprensa fez questão de repercutir passo a passo todos debates e discussões envoltos ao texto criado por Comblin. Além do mais, publicou-o

¹⁶ Carta de Dom Hélder da TFP classifica de subversivo o estudo de padre Comblin. Diário da Noite, 25/06/1968.

¹⁷ Arcebispo combate estudo de Comblin. Diário de Pernambuco, Recife, 04/07/1968.

sem a anuência do autor, fato que ajudou ao interessado em prejudicar a imagem de Dom Hélder e fortalecer o discurso conservador católico, que somados às questões políticas de então, culminaram com a perseguição e expulsão do padre belga, José Comblin.

Tratado como subversivo, revolucionário etc., o documento que serviria de base para o II CELAM, acabou sendo completamente distorcido pelos diferentes grupos conservadores brasileiros, os que estavam na igreja, na política, na mídia impressa, impregnados na sociedade. O texto prega sim a revolução, mas social, que trouxesse mudanças na qualidade de vida dos mais pobres, cobra autocrítica da igreja católica e reformas que a colocasse em sintonia com os que sofrem injustiças e não há nada mais bíblico do que clamar por justiça conforme as bem-aventuranças: “bem-aventurados os que tem fome e sede de justiça, porque serão fartos”. (BÍBLIA, p. 1190, 2014). Portanto, nada estava em discordância com os ensinamentos cristãos.

O documento Comblin, como foi chamado, ajuda-nos a compreender a importância da atuação do clero progressista, no sentido de reformular a igreja e denunciar as injustiças no mundo real, rompendo com a perspectiva de fé cujo paraíso só é alcançado na pós-morte. Sendo assim, a fé se transforma em ação e chama o povo a ser sujeito da transformação. Se entendemos isso por revolução, o padre José Comblin e tantos outros padres, bispos e leigos católicos, foram revolucionários.

Considerações finais

A partir da repercussão envolto ao documento elaborado por Comblin, a primeira coisa a ressaltar é o que mesmo tinha uma perspectiva de discussão e análise interna. A publicidade do mesmo gerou reações proporcionais ao contexto político vivido pelo Brasil e às novidades que surgiam no catolicismo após o Concílio Vaticano II.

Buscamos primeiro descrever aspectos sobre a trajetória do padre belga, tendo como base a documentação produzida pelos órgãos de repressão sobre o mesmo. Mostrar como a repercussão do texto escrito para servir de referência ao II CELAM, foi condicionante para que o mesmo passasse a ser vigiado pelas forças de segurança e Centros de Informações vinculados ao SNI. Uma vez sob os olhares da repressão, por outro verificamos a repercussão do fato aumentada pelas constantes matérias veiculadas na imprensa pernambucana, que

além de tudo, serviu para reforçar sua imagem de subversivo – e que vimos como utilidade para alimentar seu prontuário com tais reportagens. É verdade que veremos matérias que reproduzem algumas defesas do padre, mas num volume inferior às críticas e acusações.

É importante percebermos o documento como um pensamento íntimo de Comblin, sendo assim, sem as maquiagens que talvez tivesse que ter, caso fosse escrito para tornar público. Daí a riqueza do mesmo, pois é verdadeiro, ou seja, contundente com o elitismo eclesial que mantém a igreja mais próxima dos que governam com desmando, aristocrática e distante dos que mais padecem. Cobra um novo jeito de ser igreja e afirma o povo subjugado como centro de atenção e agente transformador.

Comblin não pregou a revolução como sugerimos em interrogação no título deste trabalho, como quiseram fazer imaginar, pois não escreveu um manifesto público chamando o povo às armas. Tornaram público um texto, que sempre sonhou ser vivenciado! Condenou inclusive, o foquismo, característico da Revolução Cubana, mas elogiou a ruptura criada pela mesma, primeiro passo para a revolução social, o que defendia. Só rompendo com as velhas estruturas coloniais, poderíamos pensar numa sociedade justa, ou seja, como o mesmo propõe, distribuir aos pobres todos os bens eclesiásticos improdutivos (terras, prédios tec.), e esse não seria um gesto heroico, mas de justiça, segundo ele.

Destacamos por meio da documentação que o DOPS produziu sobre Comblin, além da estrutura repressora que vigorou em tempos de ditadura (1964-1985), como a subversão foi relativizada, bem como a importância da atuação de segmentos católicos num período político tão tenebroso.

Ficaram evidentes as tensões vividas no interior da Igreja Católica entre conservadores e progressistas. A forma com Comblin foi acusado por bispos e padres, demonstram o quanto tal instituição esteve dividida e este é mais um dado de importância que trazemos, no sentido de nos chamar atenção para mais uma característica do período: a igreja até pode querer ser hegemônica, mas não é homogênea. Isso ficará evidente na II Conferência Episcopal que ocorreu em Medellín.

Portanto, ao promover as reflexões presentes em tal documento, Comblin deu à Igreja Católica na América Latina a possibilidade de se reinventar e não perder espaço, pois, mesmo que seu texto esteja contextualizado às questões políticas de então, sua intenção também é contribuir com a permanência do catolicismo como religião influente na região. 50

anos depois, o que podemos perceber é justamente um recuo da igreja católica, que perde espaço para outras denominações religiosas, sobretudo na periferia conforme foi analisado e dito pelo padre José Comblin no famoso documento que lhe rendeu forte repressão, das quais tentamos aqui apresentar.

Referências Bibliográficas

BAUER, Caroline Silveira e GERTZ, Rene E.. **Arquivos de Regimes Repressivos**: fontes sensíveis da história recente. IN: PINSKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tania Regina de (Orgs.). *O Historiador e Suas Fontes*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 173-193.

COMBLIN, José. **Teologia da Enxada**. Rio de Janeiro: Vozes, 1977.

FLORIDI, Ulisse Alessio. **O Radicalismo Católico Brasileiro**: para onde vai o catolicismo progressista no Brasil. Trad. Lenildo Tabosa Pessoa. São Paulo: Hora Presente, 1973.

Gaudium et Spes. **Constituição Pastoral do Concílio Vaticano II**: sobre a Igreja no mundo de hoje. Edições Paulinas, São Paulo, 1966.

GOMES, Paulo César. **Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira**: visão da espionagem. Rio de Janeiro: Record, 2014.

GUEDES NETO, Adauto. **Teologia da Enxada e Ditadura Militar**: relações de poder e fé no agreste pernambucano entre 1964-1985. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

_____. **Um Padre Vigiado Pelo DOPS**: a atuação pastoral e perseguições políticas sofridas por José Comblin entre 1964-1985. IN: VII Simpósio Nacional de História Cultural: História Cultural: escritas, circulação, leituras e recepções. USP – São Paulo, 2014. Anais (on line). Disponível: gthistoriacultural.com.br/VIIsimposio/Anais/Adauto%20Guedes%20Neto.pdf. Acesso em 02/01/2019.

LÖWY, Michael. **A Guerra dos Deuses**: religião e política na América Latina. Rio de Janeiro. Editora Vozes. 2000.

_____. **Marxismo e religião: ópio do povo?** IN: A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas. Boron, Atilio A.; Amadeo, Javier; Gonzalez, Sabrina. 2007.

MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo. Editora Brasiliense, 2004.

NOVA BÍBLIA PASTORAL. São Paulo: Paulus, 2014. 1543 p.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

SILVA, Severino Vicente da. **Entre o Tibre e o Capibaribe**: os limites da Igreja progressista na Arquidiocese de Olinda e Recife. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006.

SUSIN, L.C. (Org.) **O mar se abriu**. Trinta anos de teologia na América Latina. Rio de Janeiro: Soler/Ed. Loyola, 2000.

VALENTINI, Demétrio. **Revisitar o Concílio Vaticano II**. São Paulo: Paulinas, 2011.